

APFF – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ,
S.A.



PLANO DE RECEPÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

MARÇO DE 2009

ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO	4
2. LEGISLAÇÃO E DEFINIÇÕES	4
3. O PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ.....	8
3.1. ESTATUTO LEGAL E OPERADORES PORTUÁRIOS	8
3.2. LOCALIZAÇÃO DO PORTO E ÁREAS PORTUÁRIAS	9
3.3. SERVIÇOS	11
3.4. CONTACTOS PARA ENTREGA DE RESÍDUOS E COMUNICAÇÃO DE EMERGÊNCIAS.....	11
3.5. PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO (PEI) E PLANOS ASSOCIADOS	12
3.6. PLANO MAR LIMPO	12
4. CONSULTA PERMANENTE PELOS UTILIZADORES DO PORTO.....	13
5. AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS	13
6. MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO	15
7. LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO	17
8. NOTIFICAÇÃO, RECEPÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS RESÍDUOS	17
9. FORMULÁRIO DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE NAVIOS	18
10. TARIFAS.....	18
11. ISENÇÕES.....	19
12. COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO.....	19
13. RESPONSÁVEIS	19
14. TREINO	20
15. INSPECÇÃO E CONTROLO	20
16. TROCA DE INFORMAÇÃO ENTRE PORTOS	20
17. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO	21
ANEXO I – REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS NO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ..... I	
ANEXO II – REGULAMENTO DE TARIFAS ESPECÍFICO PARA A RECOLHA DE RESÍDUOS..... II	
DISPOSIÇÕES GERAIS	II
ÂMBITO DE APLICAÇÃO	II
UNIDADES DE MEDIDA.....	II
NORMAS SUBSIDIÁRIAS	II
FORNECIMENTOS	II
TARIFA DE RECOLHA E GESTÃO DE RESÍDUOS.....	II

18. TAXA.....	II
TABELA B.....	III
FORNECIMENTO ADICIONAL DE CONTENTORES PARA RECOLHA DE RESÍDUOS.....	IV
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO.....	IV
RECOLHA DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE INSTALAÇÕES TERRESTRES	IV
LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.....	IV
ANEXO III – LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO	V
ANEXO IV – FORMULÁRIOS	VI

1. INTRODUÇÃO

A Directiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro, relativa à recepção dos resíduos gerados em navios e dos resíduos da carga, tem como principal objectivo reduzir as descargas de resíduos no mar pelo incentivo a uma maior utilização dos meios portuários de recepção, adequando-os às necessidades e melhorando a eficiência do processo de recolha, de modo a não originar atrasos aos navios.

Neste âmbito, têm ainda os portos que elaborar planos trienais de recepção e gestão de resíduos, de modo a promover a respectiva recolha e tratamento.

Assim, o presente Plano de Recepção e Gestão de Resíduos do Porto da Figueira da Foz, adiante designado por PRGR, resulta da obrigação legal imposta pelo Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, que transpõe a referida Directiva, e aplica-se a toda a área sob jurisdição portuária.

À elaboração deste Plano estão subjacentes as seguintes questões ou princípios:

- Consulta permanente às partes interessadas;
- Análise das quantidades e tipos de resíduos gerados pelos navios que demandam o Porto da Figueira da Foz;
- Necessidades de recepção, designadamente, tipo e capacidade dos meios portuários;
- Localização adequada e facilidade de utilização dos meios de recepção;
- Garantia que as tarifas a aplicar não constituem um incentivo à descarga no mar;
- Garantia que os meios portuários de recepção são devidamente publicitados;
- Aprovação do PRGR pelo IPTM;
- Revisão e actualização periódica do Plano.

2. LEGISLAÇÃO E DEFINIÇÕES

Este capítulo contém uma súmula da legislação pertinente no domínio da gestão de resíduos, da MARPOL e demais legislação de enquadramento do plano. Incluem-se ainda as definições aplicáveis.

Diploma Legal	Data	Âmbito
Resíduos		
Resolução A.868(20)-IMO	27 de Novembro de 1997	Define as directrizes para o controlo e gestão da água de Lastro dos Navios, para minimizar a transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogénicos
Regulamento (CE) 1774/2002	3 de Outubro	Estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano.
Decreto-Lei n.º 165/2003	24 de Julho	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro, relativa aos meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e de resíduos provenientes de carga, com origem em navios que utilizem portos nacionais, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro.
Portaria n.º 209/2004	3 de Março	Aprova a Lista Europeia de Resíduos.
Decreto-Lei n.º 197/2004	17 de Agosto	Altera o Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho.
Decreto-Lei n.º 178/2006	5 de Setembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem interna a Directiva 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Directiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro.
Decreto-Lei nº 57/2009	3 de Março	Altera o Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho.
Marpol 73/78		
Decreto do Governo n.º 25/87	10 de Julho	Aprova para adesão o Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios.
Decreto n.º 48/90	7 de Novembro	Aprova para adesão as emendas de 1984 introduzidas ao anexo ao Protocolo da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73).
Decreto n.º 50/91	17 de Agosto	Aprova, para adesão, as emendas que alteram a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, modificada por Protocolo de 1978.
Decreto n.º 18/93	19 de Maio	Aprova, para adesão, as Emendas ao Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, alterada pelo Protocolo de 1978.
Decreto n.º 19/98	10 de Julho	Aprova, para adesão, as emendas ao anexo I do Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78), adoptadas pela Resolução MEPC 52 (32).
Decreto n.º 20/98	10 de Julho	Aprova, para adesão, as emendas de 1992, adoptadas pela Resolução MEPC 51 (32) da Organização Marítima Internacional, ao anexo I do Protocolo de 1978, da Convenção da Poluição por Navios, 1973.
Decreto n.º 22/98	10 de Julho	Aprova para adesão as emendas de 17 de Março de 1989, adoptadas pela Resolução MEPC 34 (27) ao anexo II do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973.
Decreto n.º 23/98	10 de Julho	Aprova, para adesão, as emendas de 4 de Julho de 1991,

Diploma Legal	Data	Âmbito
		adoptadas pela Resolução MEPC 47 (31) da Organização Marítima Internacional, ao anexo I do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973.
Decreto n.º 20/2000	11 de Agosto	Altera o Decreto-Lei 19/98, de 10 de Julho.
Dir (CE) 2005/35/CE	7 de Setembro	Relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infracções. Em vigor directamente até ser transposta.
Decreto 6/2006	6 de Janeiro	Aprova as emendas de 1 de Abril de 2004 ao Anexo IV ao Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78).
Decreto 8/2006	10 de Janeiro	Aprova a Convenção Internacional sobre a Prevenção, Actuação e Cooperação no Combate à Poluição por Hidrocarbonetos, 1990.
Decreto 12/2006	16 de Março	Aprova e publica o Protocolo Sobre a Prevenção, Actuação, e Cooperação no Combate à Poluição por Substâncias Nocivas e Potencialmente Perigosas.
Decreto n.º 1/2008	09 de Janeiro	Aprova o Protocolo de 1997 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, modificada pelo Protocolo de 1978, MARPOL 73/78, relativo às regras para a prevenção da poluição atmosférica por navios, adoptado em Londres, em 26 de Setembro de 1997. Adita o Anexo VI.
Plano Mar Limpo		
Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/93	15 de Abril	Plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas (Plano Mar Limpo).
Contra-Ordenações		
Decreto-Lei n.º 49/2002	2 de Março	Estabelece o regime das contra-ordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias.

Definições:

Navio – uma embarcação que opere no meio marinho, incluindo as embarcações de sustentação dinâmica, veículo de sustentação por ar, submersíveis e estruturas flutuantes;

Embarcação de pesca – embarcação equipada ou utilizada comercialmente para a captura de peixe ou outros recursos vivos do mar;

Embarcação de recreio – embarcação de qualquer tipo, independentemente do meio de propulsão, utilizada para fins desportivos ou recreativos;

Resíduos – qualquer substância ou objecto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou a obrigação de se desfazer, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos;

Resíduos Sólidos Urbanos ou Resíduo Urbano – os resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos, que pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações.

Resíduos Industriais – os resíduos gerados em processos produtivos industriais, bem como o que resulte das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água;

Resíduos Hospitalares – os resíduos resultantes de actividades médicas desenvolvidas em unidades prestadoras de cuidados de saúde, em actividades de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, em farmácias, em actividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras que envolvam procedimentos invasivos, tais como acupunctura, piercings e tatuagens;

Resíduos Perigosos – os resíduos que apresentem, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados como tal na Lista Europeia de Resíduos;

Outro tipo de resíduos – os resíduos não considerados como industriais, urbanos ou hospitalares, incluindo, entre outros, os resíduos inertes e os resíduos de construção e demolição;

Hidrocarbonetos – o petróleo sob qualquer forma, incluindo petróleo bruto, fuelóleo, lamas, resíduos e produtos refinados, com excepção dos produtos petroquímicos;

Águas sanitárias – águas residuais de navio colectadas das instalações sanitárias (lavabos, urinóis, sanitas e banhos), das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e ainda outras águas residuais quando misturadas com as atrás referidas;

MARPOL 73/78 – a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978;

Resíduos Gerados em Navios – todos os resíduos, incluindo as águas sanitárias, e os resíduos que não sejam resíduos de carga, produzidos no serviço do navio e abrangidos pelos anexos I, IV e V da MARPOL 73/78, bem como os resíduos associados à carga, conforme definido nas directrizes para a aplicação do anexo V da MARPOL 73/78;

Resíduos Associados à Carga – quaisquer materiais utilizados para acondicionamento e para a movimentação da carga, tais como papel, cartão, madeiras, materiais de embalagem, precintas de aço, etc;

Resíduos da Carga – os restos das matérias transportadas como carga em porões ou em tanques de carga inerentes às operações de carga/descarga e operações de limpeza, incluindo excedentes de carga ou descarga e derrames;

Resíduos Operacionais – os resíduos gerados em navios, excluindo os resíduos de hidrocarbonetos e as águas sanitárias, e ainda os resíduos não perigosos de carga ou associados à carga;

Gestão de Resíduos – as operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos;

Recolha – acto de receber, em depósito transitório, os resíduos gerados na área portuária, resultantes da normal movimentação de mercadorias, ou os gerados em navios, os quais serão enviados para destino final adequado;

Transporte – a operação de transferir os resíduos para o exterior das instalações portuárias;

Armazenagem – a deposição temporária e controlada, por prazo determinado, de resíduos antes do seu tratamento, valorização ou eliminação;

Tratamento – o processo manual, mecânico, físico, químico ou biológico que altere as características dos resíduos de forma a reduzir o seu volume ou perigosidade, bem como facilitar a sua movimentação, valorização ou eliminação após as operações de recolha;

Triagem – o acto de separação de resíduos mediante processos manuais ou mecânicos, sem alteração das suas características, com vista à sua valorização ou a outras operações de gestão;

Valorização – a operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor, entre outros, a sua utilização como combustível, a sua recuperação, regeneração ou reciclagem;

Eliminação – a operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos, nos termos previstos na legislação em vigor, tais como, a deposição em aterro, a incineração, o tratamento físico-químico entre outros.

3. O PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

3.1. Estatuto legal e operadores portuários

A APFF, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do Porto da Figueira da Foz.

Esta Administração Portuária é gerida por um Conselho de Administração, composto por um Presidente e dois Vogais, cujas competências se encontram definidas nos estatutos publicados no Decreto-Lei n.º 210/08, de 3 de Novembro.

No âmbito destas competências, a APFF, S.A. exerce ou autoriza e regulamenta as actividades portuárias e actividades conexas. Assim, encontram-se definidas no Regulamento de Gestão de Resíduos, em anexo, as responsabilidades e competências dos intervenientes na gestão de resíduos.

No Porto da Figueira da Foz, existem, em operação, apenas terminais sob gestão directa da Administração, designadamente, o Terminal de Carga Geral, o Terminal de Granéis, a Doca de Recreio e o Porto de Pesca Costeira, em que a gestão de resíduos, incluindo a recepção dos resíduos de navios compete à entidade gestora. De referir, no entanto, a existência de um Terminal de iniciativa privada, o Terminal de Recepção de Produtos Betuminosos, situado na área de expansão do Porto Comercial, o qual, por motivos ligados às acessibilidades marítimas, ainda não se encontra em operação.

Há ainda situações particulares, tais como, as instalações privadas sitas nos terraplenos portuários, cujos titulares das licenças são responsáveis pela gestão dos resíduos que produzem, nos termos definidos na lei.

3.2. Localização do porto e áreas portuárias

O Porto da Figueira da Foz encontra-se localizado em pleno estuário do Rio Mondego, numa zona húmida de grande valor ecológico, considerada de importância internacional no âmbito da Convenção RAMSAR, constituindo-se como um excelente habitat para variadas espécies de aves migradoras e outras que aí possuem colónias reprodutoras, bem como para espécies piscícolas migratórias. Acolhe, por outro lado, importantes actividades económicas de aproveitamento dos recursos hídricos como as marinhas de sal (actividade milenar) e a aquacultura.

Descrevemos em seguida os Terminais e instalações portuárias existentes no Porto da Figueira da Foz, nos quais se efectua a movimentação das diversas mercadorias, presentemente diversificadas neste Porto entre Carga geral fraccionada, Granéis Sólidos e Carga Contentorizada, devendo-se igualmente iniciar a curto prazo a movimentação de Granéis Líquidos, bem como se desenvolvem outras actividades e serviços, destacando-se aquelas ligadas à Pesca Costeira e Náutica de Recreio.

Terminal de Carga Geral – Dispõe de um cais acostável de 462 metros de comprimento, fundos à cota de -5,00 m (Z.H.) e 35 000 m² de terraplenos.

A área de armazenagem a coberto é constituída por três armazéns e um telheiro, sendo este vocacionado essencialmente para recepção e armazenagem de argilas a granel, podendo ocasionalmente receber outros granéis sólidos.

Este terminal encontra-se vocacionado para a movimentação de carga geral e granéis sólidos tendo como principais mercadorias movimentadas a pasta de papel, vidro a granel, madeira e derivados de madeira, argilas, gesso, caulino.

Terminal de Granéis – Este terminal consta de um cais com 416 metros de comprimento, (236 metros recentemente construídos), fundos a cotas entre -7, 00 m e -8,00 m (Z.H.), 40.000 m² de terraplenos devidamente infra-estruturados, com áreas definidas para movimentação de mercadorias e um edifício de apoio.

Neste terminal movimenta-se carga contentorizada, na parcela situada a montante, e cargas a granel, na restante área. Os contentores são utilizados principalmente em papel (produto final), bem como em outras cargas comerciais.

Terminal de Recepção de Produtos Betuminosos – Este terminal de iniciativa privada e licenciado à empresa Asfalcentro, localizado na actual zona de expansão do Porto, está equipado para atender à recepção de cargas especializadas, na área dos produtos betuminosos. Para tal possui quatro silos com capacidade total de 1.600 m³ cada. A área total do terminal é de 27.000 m² envolvendo, para além de dois duques-de-alba de atracação, terraplenos devidamente infra-estruturados e edifícios com sistema de bombagem e caldeiras e de apoio administrativo.

Decorrem presentemente operações de dragagem para permitir estabelecer um canal de navegação de acesso ao Terminal a - 7m (ZH).

Doca de Recreio – A Doca de Recreio, vocacionada para recepção e acostagem de embarcações do recreio náutico e marítimo-turística, possui uma área molhada de cerca de 50.000 m², bem como uma área vedada com cerca de 2.000 m², para estacionamento em terra de embarcações e atrelados, e uma área não vedada anexa com 30.000 m².

A Marina possui cerca de 270 postos de estacionamento para embarcações entre os 6 e os 15 m de comprimento, com calado máximo de 3m.

A Doca de Recreio possui ainda dois pontões acostáveis para recepção de embarcações passantes e um cais de Serviços no seu lado montante, que pode receber embarcações de maior porte.

Porto de Pesca Costeira – Esta instalação portuária, localizada na margem sul, na antiga Doca do Cochim, acolhe as várias actividades relacionadas com o sector das Pescas, destacando-se a descarga do pescado, sua armazenagem, processamento, primeira venda e

posterior comercialização, Dispõe de um conjunto de infra-estruturas de acostagem como o Cais de Descarga e Cais de Aprovisionamento (ambos com fundos a - 4 m ZH), 3 Pontes-cais de estacionamento, Cais de Aprestos, Duques-de-alba para navios em espera e Rampa-varadouro.

Encontram-se instalados nos seus terraplenos a lota e fábrica de gelo, ambas concessionadas à empresa DOCAPESCA, SA (que possui igualmente as suas instalações próprias no local), 30 armazéns para comerciantes de pescado, 47 armazéns de aprestos, 2 fábricas de conserva, e edifícios administrativos da Autoridade Portuária.

Portinho de Gala para Pequena Pesca – Situado um pouco mais a montante do braço sul do Rio Mondego, consta de um protecção marginal envolvente, à qual estão ligados passadiços flutuantes, com capacidade para 80 embarcações para pesca artesanal.

Das infra-estruturas terrestres, constam uma rampa-varadouro e terrapleno com 15.000 m² onde irão ser construídos a curto prazo armazéns de aprestos.

3.3. Serviços

O Porto da Figueira da Foz, presentemente a funcionar num modelo de complementaridade com o Porto de Aveiro, de acordo com as Orientações Estratégicas da tutela, constitui assim uma das infra-estruturas portuárias de relevo da Região Centro, registando um tráfego anual de cerca de um milhão e duzentas mil toneladas de mercadorias, e desempenhando um papel primordial ao serviço do tecido económico da sua área de influência, nomeadamente, as indústrias de papel (matéria – prima e derivados), vidro, metalúrgica, madeira e derivados, construção e, em menor parcela, no sector da distribuição.

Paralelamente à movimentação de mercadorias, o Porto da Figueira da Foz presta inúmeros serviços complementares ao movimento portuário, nos quais se inclui a recolha de resíduos e respectiva gestão, a qual se pretende que seja efectuada de acordo com a legislação portuguesa e comunitária em vigor.

3.4. Contactos para entrega de resíduos e comunicação de emergências

Tipo de comunicação	Contacto
Para entrega de resíduos à APFF, S.A.	Serviços de Exploração (APFF, S.A.)
Para entrega de resíduos no Porto de Pesca Costeira	Serviços de Exploração (APFF, S.A.)

Para entrega de resíduos na Doca de Recreio	Serviços de Exploração (APFF, S.A.)
Comunicação de acidentes ou derrames de hidrocarbonetos	Coordenador Portuário da APFF, S.A. – Contacto com a Portaria do Terminal ou da Sede
Para entrega de resíduos no Terminal de Recepção de Produtos Betuminosos	Asfalcentro, Comércio de Asfaltos, SA

3.5. Plano de Emergência Interno (PEI) e planos associados

A APFF S.A. dispõe de um Plano de Emergência Interno, que estabelece, entre outros, as regras de resposta à emergência. O Director do PEI é o Presidente do Conselho de Administração da APFF, S.A.

3.6. Plano Mar Limpo

O Plano Mar Limpo é um plano para combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas.

Estabelece 4 graus de prontidão, definindo para cada grau a coordenação e intervenção das diversas entidades, entre outras, a APFF S.A., a Capitania do Porto da Figueira da Foz, o Departamento Marítimo e a Direcção-Geral da Marinha.

A APFF, S.A. dispõe dos meios necessários para combate a derrames de hidrocarbonetos e outras substâncias, de dimensão local, nomeadamente:

- Recuperador oleofílico;
- Barreiras de contenção;
- Bombas de trasfega;
- Tanques de armazenagem temporária;
- Máquina de floculação;
- Batelão de combate à poluição;
- Lanchas auxiliares semi-rígidas e rígidas;

4. CONSULTA PERMANENTE PELOS UTILIZADORES DO PORTO

A aprovação do presente Plano tem subjacente a consulta prévia aos utilizadores do Porto. Em particular, destacam-se o Regulamento de Gestão de Resíduos e o Regulamento de Tarifas Específico para a Recolha de Resíduos, os quais incluem as regras e procedimentos aplicáveis à gestão de resíduos, bem como, as respectivas tarifas aplicáveis.

De modo a garantir a permanente consulta do PRGR pelos utilizadores do porto, este Plano será disponibilizado no website da APFF, S.A. para consulta, comentários ou sugestões da Comunidade Portuária. As comunicações resultantes deste processo de consulta, consideradas comunicações externas relevantes, serão devidamente tratadas ou encaminhadas.

Será ainda disponibilizada aos potenciais utilizadores uma súmula da informação pertinente sobre os meios portuários de recepção, respectiva localização, contactos e procedimentos aplicáveis.

O presente Plano, bem como outros documentos informativos, estarão disponíveis no website desta Administração (a ser disponibilizado a curto prazo).

5. AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS

Para avaliar a necessidade de meios de recepção de resíduos, foram considerados os elementos estatísticos disponíveis relativos aos navios entrados no Porto da Figueira da Foz. No Quadro seguinte apresenta-se uma súmula dos elementos considerados relevantes para a recolha de resíduos.

Quadro I - Dados Estatísticos – Navios

Descritor	Unidade	Ano		
		2006	2007	2008
Navios entrados	n.º	320	363	409
Arqueação Bruta	GT	807.762	969.278,20	1.058.228,23
Dias de estadia – média	dias	2,0355	1,374	1,583
Mercadorias movimentadas	toneladas	1.107.493	1.199.750,27	1.159.242, 30

A recolha de resíduos é função do movimento portuário. Considerando os dados estatísticos de 2006 a 2008, as expectativas de movimentação de mercadorias e o número de navios, prevê-se que a variação da produção de resíduos tenda a aumentar nos próximos anos, no que respeita aos terminais em exploração. Tal expectativa baseia-se igualmente na entrada em funcionamento, em 2009, de áreas de acostagem adicionais, o que se traduzirá num aumento do movimento portuário, e consequentemente de produção de resíduos, a qual será acompanhada do respectivo aumento da capacidade dos meios portuários de recepção.

Quadro II - Recepção de Resíduos de Navios

Tipo de Resíduos	Unidade	Ano		
		2006	2007	2008
Navios entrados	nº	320	363	409
Navios isentos de notificação	nº	0	0	0
Notificações obrigatórias recebidas dos navios	nº	300	345	368
Navios que entregaram resíduos	nº	178	219	240
Resíduos notificados para entrega	m3	88,889	118,43	98,144
Resíduos efectivamente entregues	m3	80,239	85.875	98,144
Resíduos retidos a bordo para entrega noutro porto	m3	1002,401	1542,92	1394,12

No quadro seguinte, apresentam-se as quantidades *recolhidas* por tipo de resíduos, nos anos de 2006 a 2008.

Quadro III - Resíduos recebidos no porto

Tipo de Resíduos	Unidade	Ano		
		2006	2007	2008
Marpol Anexo I	metros cúbicos	12,9	31,5	51,7
Marpol Anexo II	metros cúbicos	0	0	0
Marpol Anexo III	metros cúbicos	0	0	0
Marpol Anexo IV				
Águas sanitárias	metros cúbicos	0	2,0	2,5
Marpol Anexo V				
Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) (ver nota)	metros cúbicos	670	780	890
Resíduos de carga e associados à carga com destino a aterro	metros cúbicos	571,7	759,5	174
Fracções para valorização Esferovite	metros cúbicos	436	584	481
Outros resíduos operacionais Desperdícios contaminados	metros cúbicos	0.2	0.8	0.6
TOTAL (m3)		1690,8	2157,8	1599,8

Nota: nestes incluem-se RSU resultantes das actividades de todos os operadores presentes no Porto.

Salienta-se que as quantidades indicadas no Quadro para a recolha de RSU são respeitantes à recolha global de resíduos nos terminais portuários, pelo que os valores indicados incluem também os resíduos equiparados a urbanos provenientes das instalações terrestres, sitas nos referidos terminais.

6. MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO

Nos Quadros anexos ao Regulamento de Gestão de Resíduos encontram-se definidos os tipos de resíduos recolhidos e os meios portuários de recepção disponíveis para os utilizadores, pertencentes à APFF, S.A. ou operadores de resíduos licenciados.

Acrescem às informações constantes do referido Anexo a capacidade dos meios de recepção. No Quadro seguinte encontram-se listados os meios permanentes, bem como a empresa ou entidade responsável pela sua gestão.

Para além destes, existem ainda meios de recepção complementares, pertencentes aos operadores de resíduos que operam no Porto da Figueira da Foz, e que são disponibilizados no prazo de 48 horas após solicitação.

Assim, para os resíduos constantes dos anexos I, II, III e IV da MARPOL, a APFF, S.A. recorre a Operador de Resíduos Autorizado, o qual efectua a recolha, o transporte e respectivo encaminhamento para destino final adequado.

Para os resíduos constantes do anexo V da MARPOL, os responsáveis pela gestão procedem à recolha dos mesmos, possuindo contratos com diferentes prestadores de serviços - transportadores de mercadorias por conta de outrem ou operadores de resíduos - para o transporte e destino final de RSU, resíduos banais de carga ou associados à carga, resíduos valorizáveis e resíduos operacionais perigosos, em pequenas quantidades.

Foram recentemente instalados contentores para incrementar a recolha selectiva no Porto de Pesca Costeira, designadamente, para papel/cartão, madeira e plásticos.

Os operadores de resíduos que exercem a sua actividade no Porto da Figueira da Foz são licenciados pela APFF, S.A. para o efeito.

Os procedimentos de recolha, transporte e encaminhamento dos resíduos constam do Regulamento de Gestão de Resíduos no Porto da Figueira da Foz.

Salienta-se que o Porto da Figueira da Foz tem capacidade para receber todos os tipos de resíduos que um navio pretenda descarregar, salvaguardando-se no entanto questões pontuais de especificidade dos resíduos ou grandes quantidades de resíduos de carga.

Meios portuários de recepção de resíduos

Terminal portuário	Meios permanentes	N.º	Gestor
Terminal de Carga Geral	Contentores de RSU (1100 litros)	4	APFF, S.A.
	Contentor para resíduos banais carga geral (1100 litros)	2	
Terminal de Granéis Sólidos	Contentores de RSU (1100 litros)	3	APFF, S.A.
	Contentores de RSU (800 litros)	2	
	Contentor para óleos usados (1000 litros)	1	
	Local para recolha de resíduos provenientes cargas a granel	1	
	Contentor para resíduos banais carga geral (1100 litros)	2	
Doca de Recreio	Contentores de RSU (1100 litros)	4	APFF, S.A.
	Contentores para recolha selectiva:		
	- papel (2,5 m3)	1	
	- vidro (2,5 m3)	1	
	- embalagens (2,5 m3)	1	
	Contentor para óleos usados (1000 litros)	1	
Porto de Pesca Costeira	Contentores de RSU (1100 litros)	17	APFF, S.A.
	Local para recolha de esferovite	1	
	Contentor para óleos usados (1000 litros)	1	
	Contentor de 40 metros cúbicos para recolha de cartão e papel	1	
	Contentor de 40 metros cúbicos para recolha de madeira	1	
	Contentor de 40 metros cúbicos para recolha de plásticos	1	

7. LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO

Os meios portuários de recepção, permanentes, encontram-se localizados nas plantas constantes do Anexo III. Incluem-se também neste Anexo fotografias dos meios de recepção de resíduos disponíveis no Porto.

8. NOTIFICAÇÃO, RECEPÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS RESÍDUOS

A notificação, recepção e encaminhamento dos resíduos processa-se de acordo com o estabelecido no Regulamento de Gestão de Resíduos no Porto da Figueira da Foz.

No fluxograma abaixo apresenta-se sumariamente o procedimento para recepção de resíduos dos navios sujeitos a notificação prévia, o qual está sustentado no Módulo informático, designado por MARPOL, da APFFJUP. No Anexo IV, inclui-se o layout do formulário de notificação e respectiva impressão.

Às restantes situações de recolha de resíduos, com proveniência de instalações terrestres, embarcações de pesca, etc., aplicam-se, com as necessárias adaptações as regras acima descritas.

Os resíduos são encaminhados pelos respectivos gestores para destino final adequado, nos termos legais e tal como definido no Regulamento de Gestão de Resíduos.

FLUXOGRAMA	RESPONSÁVEL	DOCUMENTO REGISTO
<pre> graph TD A[Notificação MARPOL] --> B[Avaliação da capacidade de recepção] B --> C{Meios disponíveis?} C -- Não --> D{Solicitar meios externos?} C -- Sim --> F[Autorizar a recepção de resíduos] D -- Não --> E[Recusar a recepção] D -- Sim --> F F --> G[Recepção e quantificação] G --> H[Emissão da Declaração de Recepção de Resíduos de Navio] </pre>	Comandante do navio ou representante	Notificação (APFFJUP) Módulo MARPOL
	Responsável do Terminal	
	Responsável do Terminal	
	Responsável do Terminal	Comunicação ao Comandante do navio ou seu representante (APFFJUP)
	Responsável do Terminal	
	Responsável do Terminal ou Operador de Resíduos Licenciado	Cópia da Declaração de Recepção de Resíduos de Navio

9. FORMULÁRIO DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE NAVIOS

Na recepção de resíduos será emitida Declaração de Recepção de Resíduos, também designado por Certificado Marpol, conforme formulários apresentados no Anexo IV.

10. TARIFAS

As tarifas a aplicar pela APFF, S.A. à recolha de resíduos são as constantes do Regulamento Específico de Tarifas de Recolha de Resíduos (Anexo II).

11. ISENÇÕES

Poderão ser concedidas isenções, pela APFF, S.A., nos termos do Regulamento de Gestão de Resíduos em anexo.

12. COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO

A comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de recepção far-se-á, preferencialmente, no espaço disponível para o efeito no Módulo MARPOL, da JUP (Janela Única Portuária).

Em alternativa, poderá ser enviado por escrito à APFF, S.A., devendo incluir as informações constantes do formulário em anexo (Anexo IV).

As comunicações efectuadas neste âmbito, serão consideradas como comunicações externas relevantes, devidamente analisadas e tratadas, das quais será dado o devido conhecimento ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, nos termos legais aplicáveis.

13. RESPONSÁVEIS

Âmbito	Responsável	Telefone	Fax	E-mail
Gestão de Resíduos – APFF, S.A.	Joaquim Alberto Sotto Maior	233 402 910	233 402 920	sotto.maior@portofigueiradafoz.pt
Recepção de resíduos – Terminal de Carga Geral e de Granéis Sólidos da APFF, S.A.	António Roque	233 402 922	233 425 217	antonio.roque@portofigueiradafoz.pt
Recepção de resíduos – Doca de Recreio	Carlos Guerra	233 402 918	NA	geral.marina@portofigueiradafoz.pt
Recepção de resíduos – Porto de Pesca Costeira	Carlos Monteiro	233 412 944	233 402 899	carlos.monteiro@portofigueiradafoz.pt
Autoridade Nacional (gestão de resíduos de navios e inspecção de navios estrangeiros)	IPTM	213 914 500	213 914 600	imarpor@mail.telepac.pt

14. TREINO

Aos trabalhadores da APFF, S.A. envolvidos na gestão de resíduos, incluindo a recepção e recolha de resíduos de navios, encontra-se garantida a formação adequada que permita que estes tenham a competência técnica necessária ao desenvolvimento do respectivo trabalho.

Esta formação é alargada aos elementos da comunidade portuária com intervenção na referida gestão de resíduos.

15. INSPECÇÃO E CONTROLO

Os navios são inspeccionados pela APFF, S.A. e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2003 e demais legislação complementar.

As comunicações de alegadas insuficiências dos meios portuários de recepção, bem como os comentários ou sugestões que resultem da consulta do PRGR pelos utilizadores, são consideradas comunicações externas relevantes e serão devidamente tratadas e/ou encaminhadas.

16. TROCA DE INFORMAÇÃO ENTRE PORTOS

Sempre que haja provas suficientes de que um navio iniciou viagem sem ter entregue os resíduos gerados no navio ou os resíduos de carga, será tal facto comunicado ao porto de escala seguinte.

A APFF, S.A. ao receber comunicação de outro porto, em particular um porto nacional, acciona os procedimentos de inspecção e controlo previstos no número anterior.

A comunicação com outros portos far-se-á preferencialmente através do sistema informático do Centro de Despacho de Navios, via *e-mail*, ou caso não seja possível, através de telecópia ou outro meio expedito disponível.

17. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO

O PRGR é revisto com uma periodicidade mínima de três anos e, independentemente, do período decorrido, sempre que ocorram mudanças significativas no funcionamento do porto.

A revisão do PGR é um processo documentado, baseado em informação relativa à aplicação da legislação em vigor no domínio da recepção e gestão de resíduos e que reunirá o seguinte conjunto de informação:

- tratamento estatístico das quantidades e tipos de resíduos recebidos;
- análise do processo de consulta permanente às partes interessadas;
- análise das comunicações de alegadas insuficiências dos meios portuários de recepção;
- análise da capacidade de recepção, face a eventual alteração do tipo e características dos navios que escalam o porto, bem como dos tipos e características dos resíduos;
- análise da eficiência do processo de recepção e recolha de resíduos;
- alterações decorrentes de modificações legislativas;
- outros elementos considerados relevantes, nomeadamente, actualização de informação constante do Plano.

Constituem excepção ao processo de revisão acima descrito as actualizações periódicas da informação pertinente constante do PRGR ou dos respectivos anexos, de modo a garantir a sua permanente operacionalidade, as quais serão objecto de registo em Folha de Alterações. Incluem-se neste processo, as seguintes actualizações:

- responsáveis e contactos;
- meios de recepção disponíveis e respectiva localização;
- tarifário aplicável;
- formulários;
- regulamento de gestão de resíduos.

ANEXO I – REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS NO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS NO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

CAPÍTULO 1 Disposições gerais

Artigo 1.º Objectivo e Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se a toda a área portuária e tem como objectivo regular a gestão de resíduos no Porto da Figueira da Foz, estabelecendo as regras que permitirão torná-la eficaz e de molde a reduzir as incidências negativas sobre o ambiente.

Artigo 2.º Competências da APFF S.A.

1 - A gestão de resíduos nas áreas portuárias é da competência exclusiva da APFF, S.A., sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2 - A APFF, S.A. poderá licenciar ou adjudicar a terceiros qualquer uma das operações de gestão de resíduos.

3 - A APFF, S.A. poderá aceitar resíduos cuja gestão seja da competência de outras entidades, nas condições do presente Regulamento, em condições a acordar com os interessados.

Artigo 3.º Competências de outras entidades

1 - Constituem excepção ao número 1 do artigo 2.º as seguintes situações relativas à gestão de resíduos:

- a) nas áreas portuárias concessionadas a gestão é da exclusiva competência do concessionário;
- b) nas instalações licenciadas a gestão compete ao Titular do Alvará de Licença;
- c) a gestão de resíduos de carga compete às entidades que movimentem as mercadorias;
- d) a gestão de resíduos de navios de pesca compete ao armador ou ao responsável pela gestão do navio.

2 - As entidades referidas no número anterior poderão adjudicar a terceiros o serviço de gestão de resíduos, desde que observadas as condições do presente Regulamento.

Artigo 4.º Obrigações de outras entidades

As entidades enumeradas no artigo anterior ficam obrigadas a enviar mensalmente à autoridade portuária todas as informações relativas à recepção de resíduos provenientes de navios ou resíduos da carga, designadamente, tipo e quantidade de resíduos e respectivo encaminhamento.

Artigo 5.º Responsáveis

1 - A coordenação dos pedidos de prestação do serviço de recepção/recolha de resíduos, na área de competência da APFF, S.A., é da responsabilidade dos Serviços de Exploração, doravante designado por SE.

2 - Nos terminais que operem em regime de concessão de serviço público, caberá ao concessionário a designação do serviço responsável, comunicando-a à APFF, S.A.

CAPÍTULO II Recepção e Gestão de resíduos

SECÇÃO I Disposições comuns

Artigo 6.º Definições

Navio - uma embarcação que opere no meio marinho, incluindo as embarcações de sustentação dinâmica, veículo de sustentação por ar, submersíveis e estruturas flutuantes;

Embarcação de pesca - embarcação equipada ou utilizada comercialmente para a captura de peixe ou outros recursos vivos do mar;

Embarcação de recreio - embarcação de qualquer tipo, independentemente do meio de propulsão, utilizada para fins desportivos ou recreativos;

Resíduos - qualquer substância ou objecto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos;

Resíduos Sólidos Urbanos ou Resíduo Urbano - os resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos, que pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações;

Resíduos Industriais - os resíduos gerados em processos produtivos industriais, bem como o que resulte das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água;

Resíduos Hospitalares - os resíduos resultantes de actividades médicas desenvolvidas em unidades prestadoras de cuidados de saúde, em actividades de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, em farmácias, em actividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras que envolvam procedimentos invasivos, tais como acunpunctura, piercings e tatuagens;

Resíduos Perigosos - os resíduos que apresentem, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados como tal na Lista Europeia de Resíduos;

Outro tipo de resíduos - os resíduos não considerados como industriais, urbanos ou hospitalares, incluindo, entre outros, os resíduos inertes e os resíduos de construção e demolição;

Hidrocarbonetos - o petróleo sob qualquer forma, incluindo petróleo bruto, fuelóleo, lamas, resíduos e produtos refinados, com excepção dos produtos petroquímicos;

Águas sanitárias - águas residuais de navio colectadas das instalações sanitárias (lavabos, urinóis, sanitas e banhos), das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e ainda outras águas residuais quando misturadas com as atrás referidas;

MARPOL 73/78 - a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978;

Resíduos Gerados em Navios - todos os resíduos, incluindo as águas sanitárias, e os resíduos que não sejam resíduos de carga, produzidos no serviço do navio e abrangidos pelos anexos I, IV e V da

MARPOL 73/78, bem como os resíduos associados à carga, conforme definido nas directrizes para a aplicação do anexo V da MARPOL 73/78;

Resíduos Associados à Carga - quaisquer materiais utilizados para acondicionamento e movimentação da carga, tais como papel, cartão, madeiras, materiais de embalagem, percintas de aço, etc;

Resíduos da Carga - os restos das matérias transportadas como carga em porões ou em tanques de carga inerentes às operações de carga/descarga e operações de limpeza, incluindo excedentes de carga ou descarga e derrames;

Resíduos Operacionais - os resíduos gerados em navios, excluindo os resíduos de hidrocarbonetos e as águas sanitárias, e ainda os resíduos não perigosos de carga ou associados à carga;

Gestão de Resíduos - as operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos;

Recolha - acto de receber, em depósito transitório, os resíduos gerados na área portuária, resultantes da normal movimentação de mercadorias, ou os gerados em navios, os quais serão enviados para destino final adequado;

Transporte - a operação de transferir os resíduos para o exterior das instalações portuárias;

Armazenagem - a deposição temporária e controlada, por prazo indeterminado, de resíduos antes do seu tratamento, valorização ou eliminação;

Tratamento - o processo manual, mecânico, físico, químico ou biológico que altere as características dos resíduos, de forma a reduzir o seu volume ou perigosidade, bem como facilitar a sua movimentação, valorização ou eliminação após as operações de recolha;

Valorização - a operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor, entre outros, a sua utilização como combustível, a sua recuperação, regeneração, ou reciclagem;

Eliminação - a operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos, nos termos previstos na legislação em vigor, tais como, a deposição em aterro, a incineração, o tratamento físico-químico entre outros.

Artigo 7.º **Proibições**

É expressamente proibido em toda a área de jurisdição da APFF, S.A.:

- a) o abandono de resíduos;
- b) a colocação indevida de um resíduo em local ou contentor que não lhe esteja destinado;
- c) a mistura de resíduos separáveis;
- d) a mistura de óleos usados de diferentes características ou com outros resíduos ou substâncias, que dificulte a sua valorização em condições ambientalmente adequadas, nomeadamente, para fins de regeneração;
- e) a queima a céu aberto de qualquer tipo de resíduos;
- f) a injeção, depósito ou descarga de resíduos no solo;
- g) qualquer descarga de óleos usados nas águas de superfície, subterrâneas, costeiras e marinhas e nos sistemas de drenagem de águas residuais.

Artigo 8.º **Tipologia, recolha e encaminhamento de resíduos**

1 - A tipologia dos resíduos e o modo de recolha face às suas características encontra-se estabelecido nos quadros do Anexo I do presente Regulamento.

2 - Os produtores ou detentores de resíduos são responsáveis por separar os resíduos que produzem ou detêm, evitando a sua mistura e por colocá-los nos contentores que a estes sejam destinados.

3 - Os responsáveis pela recolha, quaisquer que estes sejam, devem efectua-la de modo a evitar a contaminação da área envolvente, encaminhando os resíduos para o transportador autorizado nos termos do artigo 9.º e garantindo que lhe é dado um destino adequado, em conformidade com a legislação em vigor.

Artigo 9.º Transporte de Resíduos

1 - O transporte rodoviário de resíduos pode ser realizado por:

- a) O produtor de resíduos;
- b) O eliminador ou valorizador de resíduos, licenciado nos termos da legislação aplicável;
- c) A Autarquia Local ou entidade que a substitua enquanto gestor de resíduos urbanos;
- d) As empresas licenciadas para o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.

2 - O transporte deve ser efectuado em condições ambientalmente adequadas, de modo a evitar a sua dispersão e derrame, e observando, designadamente os seguintes requisitos:

- a) Os resíduos líquidos e pastosos devem ser acondicionados em embalagens estanques, cuja taxa de enchimento não exceda 98%;
- b) Os resíduos sólidos podem ser acondicionados em embalagens ou transportados a granel, em veículo de caixa fechada ou veículo de caixa aberta, com a carga devidamente coberta;
- c) Todos os elementos de um carregamento devem ser convenientemente arrumados no veículo e escorados, por forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes dos veículos;
- d) Quando no carregamento ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes, quando se trate de resíduos líquidos ou pastosos, e comunicada a ocorrência à APFF, S.A.

3 - O produtor/detentor e o transportador de resíduos respondem solidariamente pelos danos causados pelo transporte de resíduos, pelo que devem ser observadas com rigor as condições de carregamento e escoramento dos resíduos.

4 - Para cada operação de transporte tem de ser preenchida a respectiva Guia de Acompanhamento de Resíduos (Modelo A - Guia de Acompanhamento de Resíduos), em triplicado, com excepção do transporte de resíduos sólidos urbanos, desde que executados pelas Autarquias Locais ou entidades que actuem em sua representação.

5 - O produtor/detentor retém o original da Guia de Acompanhamento de Resíduos, sendo a saída dos resíduos das instalações portuárias acompanhada das duas cópias da Guia.

Artigo 10.º Operadores de resíduos

Só podem prestar serviço no Porto da Figueira da Foz os operadores de resíduos devidamente licenciados pela APFF, S.A.

SECÇÃO II
Regras para a recolha de resíduos pela APFF, S.A.

Artigo 11.º
Recolha de resíduos face às suas características

- 1 - A entrega ou o depósito directo dos resíduos nos contentores ou locais de recolha da APFF, S.A., obriga os produtores ou detentores a observar as regras estabelecidas no artigo 8.º.
- 2 - A recolha dos resíduos será objecto de acompanhamento pelo serviço responsável da APFF, S.A.
- 3 - Constitui excepção ao número anterior a recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, até um metro cúbico, cuja deposição é livre.

Artigo 12.º
Horário de recolha

- 1 - A recolha realizar-se-á durante as horas normais de expediente, nos dias úteis, das 08.00 às 12.00 e das 13.00 às 17.00.
- 2 - Em casos devidamente justificados, poderá esta operação realizar-se fora do horário fixado no número anterior.

Artigo 13.º
Quantificação de resíduos

- 1 - A recepção de resíduos sujeitos a pagamento de tarifa específica será objecto de quantificação, mediante avaliação do volume recebido ou pesagem em báscula da APFF, S.A.
- 2 - Os demais resíduos serão sujeitos a quantificação, em conformidade com o número anterior ou, na impossibilidade de medição ou pesagem, por estimativa.
- 3 - Os Resíduos Sólidos Urbanos, de deposição livre até um metro cúbico, não serão objecto de quantificação.

SECÇÃO III
Recepção de resíduos de navio e resíduos da carga

Artigo 14.º
Notificação

- 1 - Os comandantes dos navios com destino ao Porto da Figueira da Foz ou seus representantes, com excepção das embarcações de pesca e as embarcações de recreio com lotação máxima autorizada até 12 passageiros, devem preencher o formulário MARPOL e notificar a autoridade portuária com uma antecedência mínima de vinte e quatro horas relativamente à chegada do navio.
- 2 - A notificação pode ser apresentada em período inferior ao referido, quando a escala ao Porto da Figueira da Foz não for conhecida antes das 24 horas, ou se só for conhecida durante a partida do porto anterior e a duração da viagem for inferior a 24 horas.
- 3 - O formulário de notificação está disponível no módulo informático da JUP (Janela Única Portuária), designado como MARPOL.

Artigo 15.º
Autorização de Recepção

1 - A notificação será objecto de apreciação, pelos SE, após avaliação da capacidade dos meios de recepção e definição das condições em que esta poderá ser efectuada.

2 - Nas áreas portuárias sob gestão de outras entidades, cabe ao concessionário ou responsável por ele indicado adoptar os procedimentos referidos no número anterior.

Artigo 16.º
Recepção de resíduos

1 - O comandante de um navio que escale ou opere no Porto da Figueira da Foz deve entregar, antes da partida, todos os resíduos gerados no navio e assegurar-se que são entregues os resíduos das cargas.

2 - Constituem excepção ao disposto no número anterior as situações em que, das informações prestadas pelo comandante, a autoridade portuária conclua que o navio dispõe de capacidade de armazenamento suficiente para todos os resíduos gerados, que se acumularam ou que se acumulem durante a viagem projectada até ao porto seguinte, e ainda que este último dispõe de meios adequados de recepção.

3 - O comandante do navio deve fornecer informação precisa e correcta respeitante aos resíduos que pretende entregar, designadamente, tipo, composição, quantidade e tempo de recolha, sendo responsável por quaisquer danos ou prejuízos que resultem de insuficiência, imprecisão ou erro nas informações prestadas.

Artigo 17.º
Declaração de Recepção de Resíduos

1 - Após a recepção dos resíduos e respectiva quantificação, a APFF, S.A. emitirá a Declaração de Recepção de Resíduos.

2 - Nas áreas portuárias sob gestão de outras entidades, o concessionário ou responsável procederá em conformidade com o número anterior.

Artigo 18.º
Isenções

1 - O Conselho de Administração da APFF, S.A. poderá isentar do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 16.º os navios ao serviço de uma linha regular que entreguem os resíduos num determinado porto da sua rota.

2 - O pedido da isenção referida no número anterior deverá ser apresentado por escrito, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração da APFF, S.A. e acompanhado dos documentos que comprovem a escala frequente nesse porto e a entrega regular dos resíduos gerados.

3 - A isenção não se aplica às situações de incumprimento dos procedimentos a que o comandante do navio está obrigado.

Artigo 19.º
Comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de recepção

Os comandantes dos navios ou seus representantes podem apresentar reclamações relativas a alegadas insuficiências dos meios portuários de recepção, devendo para o efeito preencher o campo de observações existente no formulário MARPOL, disponível na JUP.

SECÇÃO IV

Recepção de resíduos provenientes de instalações terrestres

Artigo 20.º

Requisição e autorização para recepção de resíduos

- 1 - A deposição de resíduos em locais definidos ou contentores da APFF, S.A. está sujeita à previa autorização, exceptuando-se a deposição de RSU nos contentores destinados a este fim.
- 2 - Os produtores ou detentores de resíduos provenientes de instalações sitas no Porto da Figueira da Foz poderão solicitar a recolha de resíduos à APFF, S.A., mediante requisição para recolha, que especifique as quantidades e tipos de resíduos a entregar.
- 3 - O pedido de recolha será objecto de apreciação, pelos SE, após avaliação da capacidade dos meios de recepção e definição das condições em que esta poderá ser efectuada.

Artigo 21.º

Recepção de resíduos

- 1 - À recepção de resíduos provenientes de instalações terrestres aplicam-se as regras de recolha de resíduos pela APFF, S.A., enunciadas na secção II do presente Regulamento.
- 2 - Os produtores ou detentores devem fornecer informação precisa e correcta sobre os resíduos que pretendem entregar, sendo responsáveis por quaisquer danos ou prejuízos que resultem de insuficiência, imprecisão ou erro nas informações prestadas.
- 3 - A entrega dos resíduos à APFF, S.A. não exonera os respectivos produtores das responsabilidades previstas na legislação em vigor.

Artigo 22.º

Comprovativo de recepção dos resíduos

A APFF, S.A. emitirá comprovativo de recepção dos resíduos, por cada operação ou mensalmente, em função da periodicidade e características da recolha.

CAPÍTULO III

Obrigações dos concessionários

Artigo 23.º

Recepção de resíduos

- 1 - O concessionário de um terminal, ou parte de terminal portuário, é responsável pela recepção de resíduos de navios ou embarcações, devendo dotar-se de todos os meios portuários de recepção de resíduos necessários à prestação do referido serviço.
- 2 - A recepção de resíduos será controlada, sendo o concessionário responsável pela sua quantificação, bem como pela emissão da Declaração de Recepção de Resíduos.
- 3 - O planeamento da recolha e gestão de resíduos dos navios abrangidos pelo artigo 14.º, far-se-á com base nas notificações prévias dos comandantes dos navios, através do módulo informático da JUP, designado por módulo MARPOL.

Artigo 24.º
Dever de informar

O concessionário informará a APFF, S.A., no mais breve prazo, sempre que os resíduos abrangidos pela notificação não sejam descarregados atempadamente e em caso de fundada suspeita de tentativa de incumprimento ou negligência.

CAPÍTULO IV
Disposições finais

Artigo 25.º
Fiscalização

A observância do cumprimento do presente Regulamento está sujeita a fiscalização pelos serviços da APFF, S.A.

Artigo 26.º
Infracções

Sem prejuízo do disposto em legislação específica, a infracção ao disposto no presente Regulamento constitui contra-ordenação punível nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de Março.

Artigo 27.º
Tarifário

O tarifário respeitante à recolha de resíduos no Porto da Figueira da Foz encontra-se estabelecido no Regulamento de Tarifas Específico para a Recolha de Resíduos.

Artigo 28.º
Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia de de 2009.

ANEXO 1
DEFINIÇÃO DA TIPOLOGIA DOS RESÍDUOS E MODO DE RECOLHA

TIPO DE RESÍDUO	MODO DE RECOLHA	DESTINO DOS RESÍDUOS	OBSERVAÇÕES
MARPOL ANEXO I (Hidrocarbonetos) Todo o tipo de resíduos oleosos ou resultantes do transporte de hidrocarbonetos, tais como óleos usados, lamas e águas oleosas (águas de lastro e águas de lavagem de tanques)	Recolha até 48 horas, após a recepção da notificação MARPOL. Será efectuada por camião-cisterna ou, para quantidades inferiores a 1 metro cúbico, em contentor, e transportado para operador de gestão de resíduos autorizado Misturas contendo químicos devem ser declaradas de acordo com as convenções em vigor e estão sujeitas a amostra prévia	Os resíduos serão recebidos por instalação autorizada para armazenagem, valorização e/ou eliminação	
MARPOL ANEXO II (Substâncias Líquidas Nocivas, transportadas a granel, incluindo produtos químicos) Estão também incluídas as águas de lavagem de tanques e resíduos da carga	Estes resíduos devem normalmente ser entregues aos recebedores de mercadorias ou operadores de estiva, em função do acordado entre estes.	Os recebedores de mercadorias são responsáveis por encaminhar estes resíduos para operadores autorizados.	
MARPOL ANEXO III (Substâncias Perigosas, transportadas em embalagem)	Estes resíduos estão classificados como resíduos especiais. Devem ser embalados e declarados em conformidade com as normas IMO em vigor. Cada contentor/depósito deve ser selado, devidamente identificado e acompanhado de um termo de responsabilidade, que discrimine do seu conteúdo, o qual será removido para parque provisório da APFF, S.A.	Estes resíduos serão encaminhados para operador de gestão de resíduos autorizado.	
	Recolha até 48 horas, após a recepção da notificação	As águas sanitárias serão	

TIPO DE RESÍDUO	MODO DE RECOLHA	DESTINO DOS RESÍDUOS	OBSERVAÇÕES
MARPOL ANEXO IV (Águas sanitárias) Inclui águas residuais de navios colectadas das instalações sanitárias, das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e outras águas quando misturadas com as atrás referidas (águas negras e águas cinzentas)	MARPOL. Será efectuada por camião-cisterna e os resíduos serão transportados para operador de gestão de resíduos autorizado	encaminhadas para operador de resíduos autorizado.	
MARPOL ANEXO V (Resíduos Operacionais) Resíduos resultantes da normal operação do navio e que estão definidos como: a) Resíduos sólidos domésticos b) Fracções recolhidas selectivamente (plásticos e embalagens metálicas, papel e cartão, vidro, pilhas e acumuladores de pequena dimensão, tinteiros e toners) c) Resíduos de carga e associados à carga não perigosos destinados a eliminação d) Resíduos Operacionais não perigosos destinados a valorização e) Outros resíduos operacionais, incluindo resíduos de manutenção	Estão permanentemente disponíveis no Porto, durante as horas normais de expediente: a) Contentores para Resíduos Sólidos Domésticos; b) Contentores para recolha selectiva de Embalagens (plásticos e de metal); Vidro; Papel e cartão, Pilhas e acumuladores, Tinteiros e toners c) Contentor para Resíduos banais de carga ou associados à carga disponíveis no Porto Comercial d) Locais para recolha de madeiras e pequenas sucatas. e) A recolha de outros resíduos operacionais será analisada caso a caso em função das características e dimensões dos resíduos Poderão ser requisitados contentores adicionais, com a antecedência mínima de 24 horas (contentores alínea a) e 48 horas (restantes alíneas).	Os resíduos das alíneas a) e c) são enviados para aterro sanitário. Os resíduos recicláveis, alíneas b) e d) são enviados para operador de resíduos autorizado, com vista à sua valorização Os restantes resíduos operacionais são enviados para operador de resíduos autorizado com vista à sua eliminação ou valorização, em conformidade com a legislação portuguesa.	A utilização dos contentores para resíduos sólidos domésticos e fracções recicláveis é livre, desde que não exceda o volume de 1 m ³ e haja efectiva separação das fracções recicláveis. Nos restantes casos ou se a recepção se efectuar fora do horário definido, a recolha será paga de acordo o Regulamento de Tarifas Específico para a Recolha de Resíduos

ANEXO II – REGULAMENTO DE TARIFAS ESPECÍFICO PARA A RECOLHA DE RESÍDUOS

REGULAMENTO DE TARIFAS ESPECÍFICO PARA A RECOLHA DE RESÍDUOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., adiante designada por APFF, S.A. ou autoridade portuária cobrará, dentro da sua área de jurisdição, pelo fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à gestão de resíduos, as taxas previstas no presente Regulamento.

Artigo 2.º UNIDADES DE MEDIDA

- 1 - As unidades de medida são as constantes do artigo 4.º do Regulamento de Tarifas da APFF, S.A.
- 2 - À quantificação dos resíduos não se aplicará o critério de arredondamento por excesso para a unidade de medida superior, sendo as taxas aplicadas às quantidades ou volumes efectivamente recebidos pela autoridade portuária.

Artigo 3.º NORMAS SUBSIDIÁRIAS

No omissa será aplicável o Regulamento de Tarifas da APFF, S.A.

CAPÍTULO II FORNECIMENTOS

Artigo 4.º TARIFA DE RECOLHA E GESTÃO DE RESÍDUOS

- 1 - Pela prestação do serviço de recolha e gestão de resíduos serão devidas as taxas constantes das tabelas seguintes:

Tabela A

Tipo de Resíduos	Taxa	Observações
Marpol - Anexo I (Hidrocarbonetos)		
Óleos usados, lamas e águas oleosas	Tabela B	Caudal mínimo de descarga - 10 m3/hora; [2h até 20 m3; 3h de 20 a 30 m3] Taxa de excesso de tempo de descarga - 54€/hora Equipamento de bombagem - 360 €
Resíduos oleosos contendo químicos e outros resíduos não incluídos na anterior	Tarifa pontual	Sujeito a amostra prévia. Custo do operador de resíduos acrescido de 20%
Marpol - Anexo II (Substâncias Líquidas Nocivas, transportadas a granel)	Tarifa pontual	Sujeito a amostra prévia. Custo do operador de resíduos acrescido de 20%
Marpol - Anexo III (Substâncias Prejudiciais, transportadas em embalagem)	Tarifa pontual	Custo do operador de resíduos acrescido de 20%
Marpol - Anexo IV (Águas sanitárias)	Tabela B	Caudal mínimo de descarga - 10 m3/hora; [2h até 20 m3; 3h de 20 a 30 m3] Taxa de excesso de tempo de descarga - 54€/hora Equipamento de bombagem - 360 €
Marpol - Anexo V (Resíduos Operacionais)		
Resíduos sólidos domésticos	38 €/m3	Gratuito - Até 1 m3 por estadia, desde que haja separação das fracções recicláveis
Fracções recolhidas selectivamente (papel e cartão, embalagens, vidro, pilhas e acumuladores, tinteiros e toners)	TUP	
Resíduos de carga ou associados à carga, não perigosos, destinados a aterro	119 €/ton	
Provenientes da limpeza de cais	TUP	Sempre que não resultem de negligência ou deficiente manuseamento
Resíduos operacionais não perigosos destinados a valorização - madeira e pequenas sucatas	TUP	Desde que colocados nos locais destinados a este fim
Outros resíduos operacionais, incluindo resíduos de manutenção	Tarifa pontual	Custo do operador de resíduos acrescido de 20%

Tabela B

Quantidade (metros cúbicos)	Preço (€)
0-5	480
5-10	840
10-15	1080
15-20	1320
20-25	1560
25-30	1740
Mais de 30	58/m3

2 - Em caso de desistência, e desde que esta não seja originada por motivo de força maior, a APA, S.A. poderá cobrar até 20% do valor estimado para o serviço requisitado, de modo a cobrir os custos de mobilização de meios e equipamentos.

Artigo 5.º

FORNECIMENTO ADICIONAL DE CONTENTORES PARA RECOLHA DE RESÍDUOS

1 - Pelo fornecimento, manutenção e limpeza de contentores para recolha de resíduos sólidos urbanos e similares são devidas as seguintes taxas unitárias:

- a) Fornecimento: 52 €/contentor (por período indivisível de 30 dias);
- b) Manutenção e limpeza: 72 €/mês e contentor.

2 - Pelo fornecimento de outro tipo de contentores, será debitado ao requisitante o valor facturado pelo prestador de serviços acrescido de 20%.

Artigo 6.º

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

A recolha de resíduos fora do horário estabelecido pelo Regulamento de Gestão de Resíduos no Porto da Figueira da Foz está sujeita ao pagamento adicional dos custos com pessoal e equipamentos necessários, de acordo com as tarifas estabelecidas no Regulamento de Tarifas da APFF, S.A.

Artigo 7.º

RECOLHA DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE INSTALAÇÕES TERRESTRES

Aos resíduos provenientes de instalações fixas sitas nas áreas portuárias aplicam-se, com as necessárias adaptações, as tarifas dos artigos 4.º a 6.º.

Artigo 8.º

LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE

Pelo exercício da actividade de operador de gestão de resíduos no Porto da Figueira da Foz é devida uma das seguintes taxas, em função do tipo de resíduos a recolher:

- a) resíduos perigosos ou hospitalares - 410 €/ano;
- b) resíduos sólidos urbanos, e outros resíduos banais - 205 €/ano
- c) resíduos valorizáveis - madeiras, sucatas, resíduos de embalagem e outros - 51 €/ano

Artigo 9.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente Regulamento entra em vigor no dia 10 de Março de 2010.

ANEXO III – LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO

ANEXO IV – FORMULÁRIOS

FORMULÁRIO			
COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEPÇÃO			
País:	PORTUGAL	Nome do Porto:	Porto da Figueira da Foz
Localização no porto (terminal):			
Data do incidente:	20__/__/__		

Resíduos a entregar	Quantidade
<input type="checkbox"/> Resíduos oleosos	
<input type="checkbox"/> Outros resíduos líquidos (especificar):	
<input type="checkbox"/> Resíduos sólidos domésticos	
<input type="checkbox"/> Plásticos	
<input type="checkbox"/> Resíduos associados à carga	
<input type="checkbox"/> Resíduos de carga	
<input type="checkbox"/> Outros:	

Problema detectado:	
<input type="checkbox"/> Atraso na recepção	<input type="checkbox"/> Impossibilidade de aceitação
<input type="checkbox"/> Inconveniente localização dos meios de recepção	<input type="checkbox"/> Outro:
Observações:	

Informação relativas ao Navio:			
Nome do navio:			
Armador ou Agente:			
Bandeira:			
N.º Loyd's:		N.º de pessoas a bordo:	

Data :	20__/__/__		
Assinatura do Comandante		Recepção pela Autoridade Portuária	

Certificado MARPOL / MARPOL Certificate

PORTO DE FIGUEIRA DA FOZ
(PORT OF)

Nome do Navio :
(Vessel)

Indicativo de Chamada:
(Call sign)

Data de Chegada:
(Date of arrival)

Data de Partida:
(Date of departure)

Consumo médio de fuel : Ton.
(Average fuel consumption at sea Ton/day)

Responsável pela Operação:
(Chief in charge)

Armador / Agente :
(Owner / Agent)

Tipo de Resíduos
(Type of waste)

Nº de Registo:
(Registration Number)

Nº IMO :
(IMO number)

Nacionalidade:
(Flag)

Último Porto:
(Last Port of call)

Próximo Porto:
(Next port of call)

Duração da viagem até ao próx. Porto:
(Duration of voyage to next port)

Dias

Local da Operação :
(Place)

Quantidade Recolhida
(Quantity received)

Data de emissão:

Empresa Receptora
(Receiver)

O Navio :
(The ship)

Notas :
(Notes)

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ATÉ UM METRO CÚBICO - DEPOSIÇÃO LIVRE
(FREE COLLECTION OF DOMESTIC SOLID WASTES UNTIL ONE CUBIC METER)

Documento processado por computador

APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.

Avenida de Espanha – Apartado 2008, 3080-901 Figueira da Foz

* Tel: +351 233 402 910 * Fax: +351 233 402 920 * geral.apff@portofigueiradafoz.pt

Data:

PRGR – Plano de Recepção e Gestão de Resíduos – APFF, S.A. – Versão 2

Março de 2009

Notificação MARPOL

Layout do Formulário Informático

JUP A1 - Declaração de Resíduos

Janela Única Portuária

N.º Documento:	DS200000067	Versão:	1	Data/Hora Versão:	2008-04-22 04:40
N.º IMO:	9241108	Estado:	ANDANTE	Contramarca:	
N.º Processo:		Estado Processo:	19ETA	Utilizador Responsável:	Agente
Situação Doc.:	Activo	Data/Hora Situação:	2008-04-22 04:40	Entidade Responsável:	Agência de Navegação

Porto de Origem:	PTLEI	LEIXCES	Porto de Destino:	PTPDL	FONTA DELGADA
Local de Atracção:			Porto Seguinte:	PTPAO	FARO
N.º Dias Viagem Seguinte:	320		N.º Pessoas Bordo:	0	

Código Lix	QTD a ser Entregue	Capacidade máx. de Armazenamento	QTD de Resíduos produzidos a bordo	Estado de Resíduos produzidos a bordo	Porto de Entrega de Resíduos	Data/Hora da Realização da Operação	Último Porto de Entrega	Data/Hora da Última Entrega	Observações
------------	--------------------	----------------------------------	------------------------------------	---------------------------------------	------------------------------	-------------------------------------	-------------------------	-----------------------------	-------------

Código Lix:			QTB Entrega:	
Capacidade Máx. Armazén:			QTB a Bordo:	
Porto de Entrega:			Estim. Prod. prox. Porto:	
Últ. Porto de Entrega:			Data/Hora Últ. Entrega:	
Observações:			Data/Hora Operação:	

Gravar

Produzido por J. Canas, Lda para APP © 2008 Todos os direitos reservados.

Notificação MARPOL

Notificação MARPOL Impressão do Formulário informático

GESPor Web

MARPOL - Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios

Nome do Navio:

Bandeira:

ETA:

Porto de Escala Anterior:

Indicativo de Chamada:

ETD:

Próximo Porto de Escala:

Último Porto e Data em que foram Entregues Resíduos Gerados no Navio:

Porto:

Data:

Pretende Entregar em meios Portuários de Recepção:

a Totalidade ☐

uma Parte ☐

Nenhuns ☐

dos Resíduos que tem a Bordo?

Tipo	Unidade de Medida	Resíduos a Entregar	Capacidade Máxima de Armazenagem	Quantidade de Resíduos que Permanecem a Bordo	Porto em que serão Entregues os Resíduos que Permanecem a Bordo	Estimativa da Quantidade de Resíduos que será Produzida entre a Presente Notificação e o Próximo Porto de Escala

Confirmando que as informações fornecidas são exactas e correctas e que existe a bordo capacidade suficiente para armazenar todos os resíduos produzidos entre a presente notificação e o próximo porto em que serão entregues resíduos.

Data:

Hora:

Assinatura:

Data:

Documento processado por computador

Página: 1 de 1